

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de Analista Judiciário Área Administrativa – Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A injustiça em um lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Vinte livros na ilha

Aqui e ali, continua a formular-se a velha pergunta: se fosse obrigado a passar seis meses numa ilha deserta, com direito a levar vinte livros, que obras escolheria?

A indagação é capciosa e convida à cisma, quando a resposta exige cálculo e meditação. Entre o sonho da aventura e o exame das preferências que podem ou devem ser confessadas, há espaço, não para vinte livros, mas para toda uma cultura de homem, com as suas inclinações, as suas idiossincrasias e principalmente as suas deficiências. Como o problema da cultura é também um problema de ordem pessoal, que não se resolve senão no sentido da nossa formação humana, fazer tal pergunta a uma pessoa é quase indagar da qualidade de sua inteligência e da profundidade de sua alma. Os seus vinte livros preferidos serão outros tantos retratos ou feições do seu espírito.

No fundo da pergunta, porém, é fácil descobrir logo outra preocupação, além dessa declarada sobre os tais vinte livros. E vem a ser o gosto romântico que todos nós guardamos pela viagem, cada vez menos possível, às terras misteriosas que a civilização não desencantou. No mundo moderno, esse nomadismo elementar do homem encontra satisfação nas inúmeras possibilidades que lhe oferecem trens, aviões e navios em contínuo movimento a serviço do comércio e do tédio capitalista. Resta, portanto, um recurso: viajar só, para uma ilha deserta. Ou naufragar, como Robinson Crusóé, e ir anotar sensações novas de viagem numa ilha distante, onde houvesse coqueiros, macacos, passos na areia...

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Confissões de Minas**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 203-204)

1. A frase *A indagação é capciosa e convida à cisma* encontra redação de sentido equivalente em
 - (A) o inquérito é indiscreto e leva à desconfiança.
 - (B) a questão é dúbia e incita ao descrédito.
 - (C) a interrogação é complexa e supõe análise.
 - (D) a dúvida é matreira e impõe um pressuposto.
 - (E) a pergunta é artilosa e chama ao devaneio.

2. A indagação expressa no início do texto ganha, no último parágrafo,
 - (A) um reforço, pois se acentua a curiosidade quanto à importância dos livros que alguém deverá escolher.
 - (B) uma variação temática, pela relevância de um interesse outro subjacente à questão inicialmente proposta.
 - (C) um encaminhamento para a resposta a ser dada, por conta dos critérios de valor agora explicitados.
 - (D) uma contraposição radical, já que a proposição do primeiro parágrafo tem agora sua relevância anulada.
 - (E) o peso de uma dúvida, ao se imaginar que uma simples proposição de autores não leva a nenhuma conclusão.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *E vem a ser o gosto romântico* (3º parágrafo) = E é uma inclinação sentimental.
 - (B) *com as suas inclinações* (2º parágrafo) = mediante seus desvirtuamentos.
 - (C) *serão outros tantos retratos* (2º parágrafo) = constituirão diversas exposições.
 - (D) *a civilização não desencantou* (3º parágrafo) = a urbanidade não desestimulou.
 - (E) *a resposta exige cálculo e meditação* (2º parágrafo) = a demanda implica medida e concentração.

4. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para integrar adequadamente a frase:
 - (A) Velhas perguntas imaginosas a toda hora se (**formular**), só para se avaliar o caráter de quem responde.
 - (B) As ilhas em que se (**imaginar**) viver dias tranquilos podem propiciar surpresas desagradáveis.
 - (C) Todas as suas aspirações (**poder**) uma ilha proporcionar-lhe caso ele não temesse o mar.
 - (D) A muitos curiosos (**intrigar**) esse tipo de pergunta especulativa, que pretende revelar algo íntimo do próximo.
 - (E) Muitos dos anseios aos quais se (**curvar**) são na verdade caprichos dele, como o de habitar uma ilha.



5. Todos nós temos um traço romântico que gostamos de preservar.
A frase acima permanecerá gramaticalmente correta caso se substitua o elemento sublinhado por:
- (A) de que amamos cultivar.
 - (B) cujo mantemos vivo.
 - (C) onde nos orgulhamos.
 - (D) de que não abrimos mão.
 - (E) ao qual nos envaidecemos.
-
6. [...] esse *nomadismo elementar do homem encontra satisfação nas inúmeras possibilidades que lhe oferecem trens, aviões e navios*.
Transpondo-se o período acima para a **voz passiva**, as formas verbais deverão ficar
- (A) terá encontrado – terá oferecido
 - (B) é encontrada – são oferecidas
 - (C) será encontrado – serão oferecidas
 - (D) vem a encontrar – oferecer-se-ão
 - (E) é encontrado – têm oferecido
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Lembrança de Orides

A conhecida quadrinha abaixo, de uma cantiga de roda que alguns de nós já teremos cantado nas ruas da infância, é tomada como epígrafe do livro Helianto (1973), de Orides Fontela:

*“Menina, minha menina
Faz favor de entrar na roda
Cante um verso bem bonito
Diga adeus e vá-se embora”*

Contextualizada no livro e na densa poesia de Orides, a quadrinha se redimensiona: fala de nossa efêmera ocupação do centro da vida, da necessidade de ali entoarmos nosso canto antes de partirmos para sempre. A quadrinha, cantada por Orides, ganha um halo trágico e duramente belo, soma a voz pessoal e o destino de todos.

Trata-se, enfim, de pontuar nossa passagem pela vida com algum verso bem bonito antes da despedida derradeira. Trata-se, em outras palavras, de justificar o tempo que temos para viver construindo alguma coisa que sirva a alguém.

A menina Orides soube fazer cantar sua entrada na roda da vida em tom ao mesmo tempo alto e meditativo, e o deixou vibrando para nós. Será essa, talvez, a contribuição maior dos poetas: elevar nossa vida à altura que nos fazem chegar suas palavras – mesmo que seja a altura singela de uma cantiga de roda, que Orides registrou, aliás, no modo de seu fatalismo íntimo.

(Deolindo Setúbal, a publicar)

7. Ao comentar o sentido que a quadrinha popular ganha ao figurar como epígrafe no livro de poemas de Orides Fontela, o autor do texto
- (A) vê consolidar-se a simplicidade ingênua desses versos aproveitados num livro que os homenageia por essas qualidades.
 - (B) faz crer que a adesão de Orides a uma reminiscência de sua infância se dá em tom nostálgico e ameno.
 - (C) considera que essa poeta recolheu esses versos sobretudo pela admiração que ela tem pela forma fixa das trovinhas.
 - (D) reconhece que nesse novo contexto poético os versos da cantiga ressoam numa dimensão trágica.
 - (E) afirma que a originalidade inicial desses versos ficou comprometida por conta da fragilização de sua poesia.
-



8. As reflexões contidas nesse texto fazem crer que as mensagens verbais, escritas, faladas ou cantadas,
- (A) significam, por conta da elasticidade das palavras, o que queremos que signifiquem.
 - (B) têm seu sentido determinado, em boa parte, pelo contexto que vêm a integrar.
 - (C) dependem, para sua alta compreensão, do sentido que lhes define um dicionário.
 - (D) independem do uso que delas fazemos, por conta de sua determinação semântica.
 - (E) estão sujeitas a uma tal flutuação de sentido que é inútil buscar objetivá-lo nelas.
-
9. *Será essa, talvez, a contribuição maior dos poetas: eleva nossa vida à altura que nos fazem chegar suas palavras.*
- Numa nova redação, o trecho acima permanecerá correto e terá seu sentido preservado caso se substitua o segmento sublinhado por:
- (A) fazer com que nossa vida se eleve ao plano a que nos fazem chegar suas palavras.
 - (B) promover à mesma altura que tem nossas vidas nas palavras que nos fazem chegar.
 - (C) deixar nas alturas tanto a vida como as palavras que lhes competem chegar.
 - (D) permitir que cheguemos, com nossas palavras, ao plano elevado em que estão.
 - (E) induzir-nos a uma tal elevação de vida que acesse o plano mais alto das palavras.
-
10. Considere as seguintes orações:
- I. As cantigas de roda são poéticas.
 - II. As cantigas costumam ser alegres.
 - III. Há quem faça dessas letras uma leitura sombria.
- Essas três orações integram-se com coesão, coerência e correção neste período único:
- (A) Alguns fazem das cantigas de roda uma leitura sombria, ainda quando costumem ser alegres e poéticas.
 - (B) São poéticas e alegres as costumeiras cantigas de roda, porquanto se faça delas uma leitura sombria.
 - (C) Embora costumem ser alegres, há quem faça uma leitura sombria das poéticas cantigas de roda.
 - (D) São costumeiramente alegres as poéticas cantigas de roda, cuja leitura por vezes seja sombria.
 - (E) Ainda quando sendo sombria a leitura de uma cantiga de roda, costumeiramente são alegres e poéticas.
-
11. É inteiramente regular a pontuação da frase:
- (A) Não obstante, essa cantiga tomada por Orides como epígrafe de um poema, seja uma celebração, a poeta viu nela, com seus olhos líricos a sombra de um sentido trágico.
 - (B) Não obstante essa cantiga, tomada por Orides, como epígrafe de um poema seja uma celebração, a poeta viu nela com seus olhos líricos, a sombra de um sentido trágico.
 - (C) Não obstante, essa cantiga tomada, por Orides como epígrafe, de um poema, seja uma celebração, a poeta viu nela com seus olhos líricos, a sombra de um sentido trágico.
 - (D) Não obstante essa cantiga, tomada por Orides como epígrafe de um poema, seja uma celebração, a poeta viu nela, com seus olhos líricos, a sombra de um sentido trágico.
 - (E) Não obstante essa cantiga, tomada por Orides como epígrafe, de um poema seja uma celebração, a poeta viu nela com seus olhos líricos a sombra de um sentido trágico.
-
12. Considera-se a mesma pessoa verbal nas flexões dos verbos **fazer**, **cantar** e **dizer** em:
- (A) faz – cante – dize
 - (B) faça – cantes – digas
 - (C) fiz – cantai – digam
 - (D) fiz – cante – diga
 - (E) faz – canta – diz



Atenção: Para responder às questões de números 13 a 18, baseie-se no texto abaixo.

Trata-se uma pequena parte do “Prefácio” que o historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) escreveu para seu livro **Era dos extremos – O breve século XX – 1914 – 1991**, publicado em 1994.

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, quando mais não fosse porque ninguém pode escrever sobre seu próprio tempo de vida como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio de fontes da época ou de historiadores posteriores.

Meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro, e durante a maior parte desse tempo – do início da adolescência até hoje – tenho tido consciência dos assuntos públicos, ou seja, acumulei opiniões e preconceitos sobre a época mais como contemporâneo que como estudioso. Este é um dos motivos pelos quais, enquanto historiador, evitei trabalhar sobre a era posterior a 1914.

Acho que já é possível ver o Breve Século XX – de 1914 até o fim da era soviética – dentro de uma certa perspectiva histórica. [...] Claro, na prática é completamente impossível uma só pessoa conhecer a historiografia do presente século, como, por exemplo, o historiador da Antiguidade clássica conhece tudo sobre esse longo período. O máximo que consegui foi mergulhar na literatura das questões mais espinhosas e controvertidas – a história da Guerra Fria ou dos anos 30, por exemplo – o suficiente para convencer-me de que as opiniões expressas neste livro são defensáveis à luz da pesquisa especializada. Claro, posso não ter conseguido. Deve haver inúmeras questões quanto às quais demonstro ignorância e defendo opiniões polêmicas.

Este livro, portanto, assenta-se sobre alicerces bastante irregulares. Se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu. Espero ter transmitido aos leitores algo do que aprendi por tê-lo feito.

(Adaptado de: HOBBSAWM, Eric, *op. cit.*, p. 7)

13. Eric Hobsbawm esclarece basicamente, neste prefácio, que
- (A) um historiador exerce sua análise mais objetiva e mais profunda quando se debruça sobre as impressões acerca de uma época que testemunhou longamente.
 - (B) a distância histórica costuma quase sempre falsear a perspectiva do historiador, ao contrário do que ocorre com os memorialistas e os autores de autobiografias.
 - (C) seu relato histórico carece de distanciamento temporal mas tira partido de vivências pessoais e aplicadas pesquisas sobre os temas mais candentes.
 - (D) a brevidade do século de que tratará em seu livro facilitou o trabalho de quem esteve presente e atuou decisivamente nos principais eventos da política moderna.
 - (E) a ampla historiografia do século XX permitiu que ele desconsiderasse sua angulação pessoal e se debruçasse sobre os documentos mais reveladores de nossa época.
-
14. Considerando-se o contexto, há o sentido de uma **contraposição** entre as seguintes referências:
- (A) *uma história do século XX // a maior parte da época de que trata este livro*
 - (B) *questões mais espinhosas e controvertidas // a história da Guerra Fria ou dos anos 30*
 - (C) *o historiador da Antiguidade clássica // fontes de época ou de historiadores posteriores*
 - (D) *uma época conhecida apenas de fora // mais como contemporâneo que como estudioso*
 - (E) *defendo opiniões polêmicas // alicerces bastante irregulares*
-
15. Uma das razões pelas quais Hobsbawm justifica seu livro como uma contribuição histórica está sugerida em
- (A) *por intermédio de fontes da época ou de historiadores posteriores* (1º parágrafo)
 - (B) *mergulhar na literatura das questões mais espinhosas e controvertidas* (3º parágrafo)
 - (C) *impossível uma só pessoa conhecer a historiografia do presente século* (3º parágrafo)
 - (D) *evitei trabalhar sobre a era posterior a 1914* (2º parágrafo)
 - (E) *questões quanto às quais [...] defendo opiniões polêmicas* (3º parágrafo)
-
16. No primeiro parágrafo, a expressão **quando mais não fosse** pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido e para a sintaxe da frase que integra, por:
- (A) mesmo sendo
 - (B) muito embora
 - (C) desde que se considerasse
 - (D) tendo em vista
 - (E) até mesmo



17. Deve haver inúmeras questões quanto às quais demonstro ignorância.

A frase acima permanecerá gramaticalmente correta caso se substitua o segmento sublinhado por

- (A) com as quais preciso me restringir
- (B) por cujas não devo me manifestar
- (C) sobre as quais não tenho domínio
- (D) à que não me cabe opinar
- (E) a propósito de cujas tenho incompetência

18. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Não se podem testemunhar legitimamente sobre épocas em que não se viveu.
- (B) Consultou-se com bastante afincos fontes históricas para a produção desse livro.
- (C) Sobre graves assuntos públicos não queiram manifestar-se quem apenas emita opiniões.
- (D) Devem-se aos confessos alicerces irregulares a solidez desse monumento historiográfico.
- (E) Haverão de mergulhar no tempo espinhoso da História os que com ela se comprometem.

Matemática e Raciocínio-Lógico

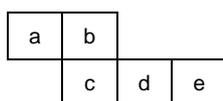
19. Os números de 1 a 9 devem ser escritos no quadriculado 3×3 da figura, sem repetições, de forma que o produto dos três números de cada linha e de cada coluna seja igual ao número indicado. Por exemplo, o produto dos três números da primeira linha deve resultar em 70 e o produto dos três números da primeira coluna deve ser 64.

			70
			48
			108
64	45	126	

A soma dos números que devem ser colocados nos quadradinhos pintados de cinza é

- (A) 6
- (B) 9
- (C) 16
- (D) 15
- (E) 12

20. A figura mostra um pedaço de papel que pode ser dobrado nas linhas de forma a montar uma caixa aberta.



A face oposta à abertura da caixa é

- (A) a
- (B) b
- (C) e
- (D) d
- (E) c



21. Júlia tinha que adicionar 26 ao número que já estava em sua calculadora, mas apertou o sinal de subtração e obteve -14. O número que deveria ter obtido é
- (A) 30
 - (B) 12
 - (C) 38
 - (D) 42
 - (E) 36
-
22. Um campeonato de judô contou com seis atletas. Cada atleta participante lutou exatamente uma vez contra cada um de seus oponentes. Nesse campeonato, uma vitória vale 2 pontos, um empate vale 1 ponto e uma derrota vale 0. Ao final do campeonato, um dos atletas somou 8 pontos, outro somou 6 pontos, e os quatro restantes obtiveram o mesmo número de pontos cada um. O número de pontos de cada um dos quatro atletas restantes é
- (A) 2
 - (B) 3
 - (C) 1
 - (D) 5
 - (E) 4
-
23. As idades das quatro primas Fernanda, Gláucia, Helena e Íris são 13, 18, 22 e 24, embora não necessariamente nessa ordem. Fernanda é mais nova do que Helena. A soma das idades de Íris e Fernanda é divisível por 5. A soma das idades de Íris e Helena também é divisível por 5. A soma das idades de Fernanda e Gláucia é
- (A) 37
 - (B) 40
 - (C) 42
 - (D) 46
 - (E) 31
-
24. Alberto e mais quatro amigos recebem um salário médio mensal de R\$ 6.000,00. A partir do próximo mês apenas Alberto recebeu um aumento de 10% e, com isso, a nova média salarial do grupo passou a ser R\$ 6.180,00. O salário de Alberto, em reais, antes do aumento era de
- (A) 12.000,00
 - (B) 9.900,00
 - (C) 9.000,00
 - (D) 8.000,00
 - (E) 8.900,00

Legislação

25. Para os efeitos da Lei nº 8.112/1990 "a *pessoa legalmente investida em cargo público*" é denominada
- (A) agente público.
 - (B) servidor.
 - (C) ocupante de cargo público.
 - (D) funcionário público em exercício.
 - (E) titular de cargo público.



26. O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região realizou concurso de provas, em duas etapas. O edital foi publicado no Diário Oficial da União. O concurso público teve validade de 1 ano, tendo sido prorrogado uma única vez, por igual período. Expirado o prazo de validade do concurso, mesmo havendo lista com candidato aprovado, foi aberto novo concurso. Houve ofensa aos regramentos previstos na Lei nº 8.112/1990, pois
- (A) o concurso não poderia ter sido realizado em duas etapas.
 - (B) não poderia ter havido prorrogação da validade do concurso.
 - (C) a validade do concurso deveria ter sido de dois anos.
 - (D) o edital também deveria ter sido publicado em jornal diário de grande circulação.
 - (E) o novo concurso somente poderia ter sido aberto após esgotada a lista de classificação do concurso anterior.
-
27. Determinado servidor, durante o exercício das atribuições do cargo, tirou as licenças para capacitação I remuneração, para tratar de interesses particulares II remuneração e para o desempenho de mandato classista III remuneração. Nos termos da Lei nº 8.112/90, as lacunas **I**, **II** e **III** devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:
- (A) com – sem – sem
 - (B) sem – sem – sem
 - (C) com – com – com
 - (D) sem – com – com
 - (E) com – sem – com
-
28. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 17ª Região, para decisão sobre uniformização de jurisprudência, cancelamento de súmula e deliberação sobre aprovação de emenda regimental é necessário, respectivamente, quórum de
- (A) maioria absoluta, maioria absoluta e maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal.
 - (B) dois terços, dois terços e dois terços dos membros efetivos do Tribunal.
 - (C) maioria absoluta, maioria absoluta e dois terços dos membros efetivos do Tribunal.
 - (D) dois terços, dois terços e maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal.
 - (E) maioria absoluta, dois terços e dois terços dos membros efetivos do Tribunal.
-
29. O Regimento Interno do TRT da 17ª Região estabelece que a competência do Tribunal Pleno para *processar e julgar os dissídios coletivos de natureza econômica, jurídica ou mista no âmbito de sua jurisdição, suas revisões e os pedidos de extensão das sentenças normativas, bem como para processar e julgar as ações anulatórias de cláusula de convenção ou acordo coletivo com abrangência territorial igual ou inferior à jurisdição do Tribunal* é denominada
- (A) comum e subsidiária.
 - (B) residual e qualificada.
 - (C) recursal e ordinária.
 - (D) regimental e colegiada.
 - (E) privativa e originária.
-
30. No caso de processos que têm como parte pessoa jurídica de direito público, Estado estrangeiro ou organismo internacional, o Regimento Interno do TRT da 17ª Região especifica que devem ser remetidos ao Ministério Público do Trabalho
- (A) por amostragem.
 - (B) facultativamente.
 - (C) desde que a requerimento de uma dessas partes.
 - (D) obrigatoriamente.
 - (E) apenas durante a correição.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo e Administração Pública**

31. Considere que o Estado pretenda celebrar uma parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, para modernização, ampliação e operação de linha de transporte metroferroviário. Contudo, considerando os investimentos vultosos envolvidos na construção das estações e aquisição de novos trens, os potenciais interessados sinalizaram que não seria economicamente viável o recebimento da contraprestação pública apenas a partir da entrada em operação da linha totalmente ampliada. Considerando a disciplina legal aplicável, esse tipo de contratação
- (A) somente permite o pagamento de contraprestação pecuniária a partir da entrega integral do escopo contratado, mas permite que o parceiro privado aufera receita tarifária desde o início do contrato.
 - (B) poderá contar com contraprestação pecuniária paga pela Administração, adicionalmente à receita tarifária auferida pelo parceiro privado, facultado o pagamento a partir da disponibilização de parcelas fruíveis do serviço.
 - (C) permite o pagamento de contraprestação pecuniária pela Administração no ritmo dos investimentos em bens reversíveis, sendo a cobrança de tarifa dos usuários condicionada ao término da realização da integralidade do escopo contratual.
 - (D) permite a antecipação de pagamentos por parte do poder concedente, mediante autorização legal específica e desde que inferior a 70% do valor total auferido pelo parceiro privado a título de receita tarifária.
 - (E) não permite qualquer forma de aporte de recursos pelo poder concedente antes da entrega de todos os investimentos a cargo do parceiro privado, o que seria permitido apenas caso se tratasse de concessão administrativa.
-
32. Considere que uma empresa concessionária de serviço público de transporte de passageiros esteja sendo acionada judicialmente por usuários que alegam ter sofrido danos físicos decorrentes de manobra realizada por motorista da concessionária, freando bruscamente o ônibus em que se encontravam. Considerando a disciplina constitucional aplicável ao tema, tem-se que a responsabilização civil da empresa
- (A) é de natureza subsidiária em relação ao poder público titular do serviço, este que possui responsabilidade subjetiva primária pelos danos causados aos usuários de serviço objeto de concessão ou permissão.
 - (B) é de natureza subjetiva, demandando a comprovação de conduta dolosa ou culposa de agente da concessionária que tenha relação direta com os danos sofridos pelos usuários.
 - (C) é solidária em relação ao poder concedente, sendo que apenas a responsabilidade deste último é de natureza objetiva e prescinde de comprovação de culpa.
 - (D) prescinde da comprovação de culpa do motorista, bastando a comprovação do nexo de causalidade e a ausência de excludentes, tais como força maior ou culpa exclusiva da vítima.
 - (E) depende da comprovação da falha na prestação do serviço, representada por negligência, imperícia ou imprudência de seus agentes ou fiscalização deficiente do poder concedente.
-
33. Considere que determinado agente público tenha concedido licença de instalação de empreendimento comercial, haja vista o cumprimento, pelo requerente, de todos os requisitos legais necessários. Ocorre que, passados dois anos da concessão, restou evidenciado que o agente em questão não detinha competência para a concessão da licença, eis que, dado o porte do empreendimento, a licença deveria ter sido concedida por seu superior hierárquico, o qual somente delegou ao agente a competência em relação a empreendimentos de menor dimensão. O ato em questão
- (A) poderá ser convalidado, mediante ratificação pela autoridade competente, desde que não cause prejuízo a terceiros ou lesão ao interesse público.
 - (B) encontra-se estabilizado, pela teoria da aparência, não podendo ser anulado ou revogado pela autoridade que detém a competência para sua prática.
 - (C) não poderá ser objeto de convalidação, eis que se trata de vício de competência, o que não impede que seja outorgada nova licença sem efeitos retroativos.
 - (D) deve ser objeto de revogação (cassação) pela autoridade que o praticou, podendo ser mantidos os efeitos até então produzidos caso comprovado erro escusável.
 - (E) é considerado inexistente, por vício de competência, somente produzindo efeitos em relação a terceiros de boa fé.
-
34. Suponha que determinada Secretaria de Estado tenha identificado a existência de um grande número de cargos vagos em alguns órgãos públicos integrantes de sua estrutura. Nesse contexto, concluiu também que referidos órgãos sequer se mostravam necessários para a realização das atividades inseridas no campo funcional da Pasta. De acordo com as disposições constitucionais aplicáveis à espécie,
- (A) a extinção dos cargos depende de lei específica, e a de órgãos prescinde de lei ou decreto por se tratar de mera organização administrativa.
 - (B) apenas os órgãos poderão ser extintos por ato do Chefe do Executivo, sendo que os cargos, ocupados ou vagos, somente podem ser extintos por lei.
 - (C) os cargos que estejam vagos há mais de cinco anos poderão ser extintos por ato do Secretário, e os órgãos somente por Decreto do Chefe do Executivo.
 - (D) os cargos vagos poderão ser extintos por Decreto do Chefe do Executivo, porém caso se deseje a extinção de órgãos públicos será necessária edição de lei para tanto.
 - (E) ambas as extinções, dos cargos e de órgãos públicos, podem ser feitas por ato da administração (resolução ou portaria), eis que não ensejam aumento de despesa.



35. Suponha que a Administração tenha instaurado uma licitação, na modalidade concorrência, para construção de uma obra de grande vulto. Contudo, no curso do certame, defrontou-se com situação imprevista consistente no cancelamento de compromisso de doação de organismo multilateral, que suportaria parte significativa dos custos decorrentes da contratação, em face da não comprovação do cumprimento de indicadores de preservação ambiental. Aventou-se, assim, a revogação do certame por razões de interesse público, o que, de acordo com a legislação de regência (Lei nº 14.133/2021),
- (A) somente será juridicamente viável caso ainda não tenham sido reveladas as propostas econômicas apresentadas pelos licitantes.
 - (B) afigura-se juridicamente possível desde que obtida a anuência de todos os licitantes habilitados e não gere quaisquer ônus para a Administração.
 - (C) não mais será viável caso ultrapassada a fase de habilitação, facultando-se à Administração a não adjudicação do objeto ao vencedor caso não obtenha recursos para fazer frente às despesas decorrentes da contratação.
 - (D) não é admissível, porém é possível suspender o certame, que deverá ser retomado no estágio em que paralisado quando obtida nova fonte de financiamento.
 - (E) é juridicamente possível, mediante despacho fundamentado da autoridade competente em que demonstre a ocorrência de fato superveniente, assegurada manifestação prévia dos interessados.
-
36. A prerrogativa da Administração de aplicar sanções a particulares que com ela estabelecem relação contratual, tal como a declaração de inidoneidade, constitui expressão do exercício
- (A) do poder disciplinar, cuja incidência não se restringe a vínculos administrativos de natureza funcional.
 - (B) da hierarquia, representada pela supremacia do interesse público sobre o particular nas relações entre estes estabelecidas.
 - (C) do poder de polícia, que embasa a presença de cláusulas exorbitantes em contratos administrativos.
 - (D) do poder normativo, que embasa essas relações não propriamente contratuais.
 - (E) do princípio da reserva da Administração, que contempla prerrogativas para atuação potestativa de tais entidades em prol do interesse público.
-
37. Suponha que condutas de agentes públicos e de particulares na celebração de aditivos contratuais que causaram lesão ao erário estejam sendo objeto de inquérito civil instaurado pelo Ministério Público para apuração da prática de ato de improbidade. Alguns dos particulares implicados na questão manifestaram interesse de celebração de acordo para evitar o ajuizamento de ação de improbidade, o que, conforme a legislação de regência,
- (A) somente é viável em se tratando de condutas culposas, sendo as dolosas não passíveis de celebração de acordo de não persecução civil após as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021.
 - (B) dependerá da capitulação das condutas, eis que apenas aquelas que não caracterizem enriquecimento ilícito são passíveis de ajustamento em sede pré-processual.
 - (C) será admissível apenas para as condutas que não caracterizem crimes contra a Administração, dada a necessária comunicação de efeitos entre as instâncias civil e penal em caso de improbidade.
 - (D) poderá ser firmado acordo de não persecução civil desde que este assegure o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida.
 - (E) passou a ser permitido com a edição da Lei nº 14.230/2021 exclusivamente para as condutas atingidas pela prescrição introduzida pelo referido diploma, que ocorre em cinco anos contados da prática do ato.
-
38. Considere que determinado cidadão tenha solicitado a empresa pública o acesso a projeto realizado pelo corpo técnico da companhia para subsidiar ação inserida no programa de governo do Chefe do Executivo. Considerando o regramento estabelecido na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a disponibilização referida
- (A) condiciona-se à avaliação da pertinência dos motivos determinantes apresentados pelo requerente.
 - (B) poderá ser negada a critério do dirigente máximo da empresa, caso opte por classificar a informação como reservada ou restrita.
 - (C) não será cabível caso se trate de projeto de pesquisa e desenvolvimento tecnológico cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (D) somente poderá ser disponibilizada com a anuência da autoridade que solicitou a realização do estudo ou projeto.
 - (E) deverá ser negada caso se trate de empresa que atue em regime de competição no mercado.
-

Orçamento Público

39. O Balanço Patrimonial de 31/12/2021 de um ente público, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, demonstra
- (A) a receita de capital arrecadada com alienação de bens como Ativo Permanente.
 - (B) os créditos de transferências a receber como Ativo Permanente.
 - (C) a despesa empenhada e liquidada com Investimentos como Passivo Permanente.
 - (D) a receita corrente prevista para o exercício financeiro de 2022 como Ativo Financeiro.
 - (E) o valor de depósito caução recebido como Passivo Permanente.
-



40. O Balanço Orçamentário de um ente público, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, apresenta a
- (A) receita obtida com operação de crédito por antecipação de receita como Receita de Capital.
 - (B) dotação inicial para o planejamento e a execução de obras como Inversões Financeiras.
 - (C) dotação inicial para a manutenção de serviços anteriormente criados como Despesa de Capital.
 - (D) dotação inicial destinada ao pagamento de juros da dívida pública como Despesa de Capital.
 - (E) receita realizada com aluguéis de bens imóveis como Receita Corrente.

Atenção: Para responder às questões de números 41 e 42, considere as seguintes despesas de um ente público que se referem ao exercício financeiro de 2021. Os valores estão expressos em reais (R\$).

Grupo de Natureza da Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Amortização da Dívida	120.800,00	90.000,00	70.000,00	48.900,00	45.600,00
Inversões Financeiras	90.000,00	75.000,00	30.000,00	14.100,00	14.100,00
Investimentos	255.000,00	140.000,00	80.000,00	44.000,00	30.000,00
Juros e Encargos da Dívida	270.000,00	280.000,00	280.000,00	245.000,00	200.000,00
Outras Despesas Correntes	530.000,00	574.000,00	540.000,00	540.000,00	510.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.895.500,00	2.100.500,00	2.000.000,00	1.950.000,00	1.900.000,00

41. Com base nas informações fornecidas e de acordo com a Lei nº 4.320/1964,
- (A) o impacto negativo no resultado de execução orçamentária do exercício financeiro de 2021 provocado pela execução das despesas foi R\$ 2.699.700,00.
 - (B) os ingressos extraorçamentários evidenciados no Balanço Financeiro do ano de 2021 foi R\$ 300.300,00.
 - (C) o referido ente poderia ter empenhado despesas com Inversões Financeiras no exercício financeiro de 2021 até o limite de R\$ 90.000,00.
 - (D) a execução orçamentária da despesa com Pessoal e Encargos Sociais deu origem a um passivo permanente de R\$ 2.000.000,00.
 - (E) o valor total empenhado com Despesa de Capital no exercício financeiro de 2021 foi R\$ 460.000,00.
42. Com base nas informações fornecidas e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o valor inscrito em restos a pagar processados em 31/12/2021 em decorrência da execução das Despesas Correntes foi, em R\$,
- (A) 85.000,00
 - (B) 125.000,00
 - (C) 80.000,00
 - (D) 158.000,00
 - (E) 142.300,00
43. De acordo com a Constituição Federal de 1988,
- (A) o Plano Plurianual deve dispor sobre normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos da Lei Orçamentária Anual.
 - (B) o Orçamento da Seguridade Social deve integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo que esse orçamento deve fixar despesas destinadas a assegurar os direitos da população relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
 - (C) as emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual podem ser aprovadas no limite de 1,2% da receita orçamentária prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.
 - (D) as emendas aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual podem indicar como recursos a serem utilizados aqueles provenientes de anulação de despesas do serviço da dívida.
 - (E) a Lei Orçamentária Anual pode conter dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares.
44. Uma operação de crédito por antecipação de receita, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000,
- (A) pode ser realizada somente a partir do dia 10 de janeiro de cada exercício financeiro.
 - (B) deve ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 20 de dezembro de cada exercício financeiro.
 - (C) deve ser classificada como Despesa de Capital quando o seu valor principal for amortizado.
 - (D) deve ser prevista na Lei Orçamentária Anual como Receita Corrente.
 - (E) pode ser realizada no último ano do mandato do chefe do Poder Executivo.



45. O Relatório de Gestão Fiscal de um Poder Executivo, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, contém
- (A) demonstrativo publicado bimestralmente que informa o montante das disponibilidades de caixa do referido poder.
 - (B) demonstrativo publicado quadrimestralmente que informa a execução das despesas por função e subfunção.
 - (C) balanço orçamentário publicado bimestralmente que informa as receitas correntes e as de capital realizadas e a realizar.
 - (D) demonstrativo que abrange as operações de crédito internas e externas, inclusive por antecipação da receita.
 - (E) demonstrativo relativo aos resultados nominal e primário, cujas metas de resultados foram estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
-
46. A reserva de contingência, de acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967,
- (A) tem o seu montante definido com base na receita corrente total arrecadada.
 - (B) tem a sua forma de utilização estabelecida na Lei Orçamentária Anual.
 - (C) é destinada ao atendimento de despesas correntes resultantes de passivos contingentes e outros riscos estabelecidos no Anexo de Riscos Fiscais.
 - (D) é constituída sob a forma de dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica.
 - (E) é apresentada na Lei Orçamentária Anual e deve ser executada com despesas correntes.
-

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Atenção: Para responder às questões de números 47 a 50, considere as transações de um ente público municipal ocorridas no exercício financeiro de 2021 e descritas nos itens a seguir:

- I. Arrecadação de receita com Contribuições Sociais pelo valor de R\$ 650.000,00. O fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência, ocorreu no exercício financeiro de 2021.
 - II. Baixa, pelo valor de R\$ 41.500,00, de provisão trabalhista reconhecida pelo ente em novembro de 2020 e reconhecimento, pelo mesmo valor da baixa, da obrigação a pagar correspondente.
 - III. Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais pelo valor de R\$ 1.100.000,00.
 - IV. Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Material de Consumo pelo valor de R\$ 529.000,00. Todo o Material de Consumo foi recebido pelo ente no exercício financeiro de 2021.
 - V. Empenho de despesa de capital com Investimentos pelo valor de R\$ 45.500,00. A despesa empenhada é referente à aquisição de um bem móvel que foi entregue pelo fornecedor em janeiro de 2022. Neste mesmo mês, a despesa foi liquidada e paga pelo valor total empenhado.
 - VI. Lançamento de receita com Impostos pelo valor de R\$ 1.891.500,00. Deste valor lançado, o ente arrecadou R\$ 1.000.000,00 no exercício financeiro de 2021 e R\$ 891.500,00 no mês de março de 2022.
 - VII. Pagamento, pelo valor de R\$ 137.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2020. Tais restos a pagar se referem a despesa corrente com Serviços de Consultoria que foram integralmente prestados, pela empresa contratada, em novembro de 2020.
 - VIII. Pagamento, pelo valor de R\$ 300.000,00, de restos a pagar não processados inscritos em 31/12/2019. Tais restos a pagar se referem a despesa de capital com Investimentos.
 - IX. Recebimento de Transferências Correntes intragovernamentais pelo valor de R\$ 1.180.500,00. O fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência, ocorreu no exercício financeiro de 2020.
 - X. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 85.000,00, de depreciação do ativo imobilizado.
 - XI. Reversão, pelo valor de R\$ 16.300,00, do ajuste para perdas de créditos relativos a tributos.
 - XII. Utilização, pelo valor de R\$ 410.000,00, de Material de Consumo para a prestação de serviços à população.
47. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2021 do referido ente público foi superavitário, em R\$,
- (A) 1.156.000,00
 - (B) 1.201.500,00
 - (C) 764.500,00
 - (D) 2.047.500,00
 - (E) 1.172.300,00
-



48. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado financeiro apurado por meio do Balanço Financeiro do ano de 2021 do referido ente público foi positivo, em R\$,
- (A) 723.000,00
 - (B) 764.500,00
 - (C) 719.000,00
 - (D) 677.500,00
 - (E) 739.300,00
-
49. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2021 do referido ente público foi superavitário, em R\$,
- (A) 433.800,00
 - (B) 1.235.500,00
 - (C) 946.500,00
 - (D) 921.300,00
 - (E) 962.800,00
-
50. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a transação descrita no item II deu origem a
- (A) uma variação patrimonial quantitativa.
 - (B) uma despesa orçamentária efetiva.
 - (C) uma despesa extraorçamentária.
 - (D) um fato permutativo.
 - (E) um passivo financeiro.
-
51. As contas contábeis "Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente", "Resultado Diferido", "Dívida Ativa Tributária – Consolidação" e "Receita Realizada" pertencem, respectivamente, às seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público:
- (A) 1, 2, 1 e 6.
 - (B) 1, 2, 2 e 6.
 - (C) 1, 3, 1 e 5.
 - (D) 3, 3, 1 e 3.
 - (E) 3, 3, 1 e 6.
-
52. Em 20/12/2021, ao se concluir a reavaliação de uma provisão trabalhista reconhecida em outubro de 2020 por uma entidade pública, constatou-se que a provável saída de recursos que era necessária para o pagamento da obrigação se tornou remota. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o seguinte lançamento contábil foi efetuado em 20/12/2021 pela referida entidade:
- (A) Débito: 2.x.x.x.x.xx Provisões (P)
Crédito: 3.x.x.x.x.xx Constituição de Provisões
 - (B) Débito: 2.x.x.x.x.xx Provisões (P)
Crédito: 2.x.x.x.x.xx Obrigações a Pagar (P)
 - (C) Débito: 3.x.x.x.x.xx Constituição de Provisões
Crédito: 2.x.x.x.x.xx Provisões (P)
 - (D) Débito: 2.x.x.x.x.xx Provisões (P)
Crédito: 4.x.x.x.x.xx Reversão de Provisões
 - (E) Débito: 2.x.x.x.x.xx Provisões (P)
Crédito: 2.x.x.x.x.xx Passivos Contingentes (P)
-
53. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,
- (A) o valor obtido com operação de crédito por antecipação de receita é evidenciado no Balanço Orçamentário como Receita de Capital realizada.
 - (B) os ativos contingentes são evidenciados no Quadro Principal do Balanço Patrimonial como Atos Potenciais Ativos.
 - (C) o valor referente à inscrição de restos a pagar não processados é evidenciado no Balanço Financeiro como Recebimentos Extraorçamentários.
 - (D) o valor referente à devolução de depósito caução é evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais como Variações Patrimoniais Diminutivas.
 - (E) o valor da despesa corrente empenhada com Pessoal e Encargos Sociais é evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa como Atividades Operacionais.



54. Considere as afirmativas a seguir que versam sobre bases de mensuração dos ativos e dos passivos:
- I. Valor em uso, preço líquido de venda e custo de reposição são bases de mensuração a valor corrente para os ativos.
 - II. O preço presumido é o termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito do custo de reposição para os ativos.
 - III. O custo histórico de um ativo é uma medida tanto observável em mercado aberto e organizado quanto não específica para a entidade.
 - IV. Valor de mercado para passivos é o montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.
 - V. O custo de reposição de um ativo fornece uma medida relevante do custo de prestação de serviços, bem como fornece informação sobre os montantes que seriam recebidos na venda de ativos.
- De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, está correto o que se afirma em
- (A) I, II e V, apenas.
 - (B) I, II, III e IV, apenas.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) III, IV e V, apenas.
 - (E) I, II, III, IV e V.

Administração Financeira e Orçamentária

55. Considere que em função de forte chuvas que causaram inundações e desabamentos, o Estado tenha se defrontado com a necessidade de realizar despesas com atividades imprevistas e, portanto, não passíveis de cobertura com os créditos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA). Diante de tal cenário, cogitou-se a abertura de créditos especiais adicionais ou extraordinários. Considerando o regramento constitucional e legal aplicável, tem-se que
- (A) nenhuma das alternativas afigura-se adequada, sendo caso de utilização da reserva de contingência prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, extrapolado o montante correspondente, cabe proceder à abertura de crédito suplementar que, em tais casos, prescinde de autorização legal.
 - (B) nenhuma das alternativas afigura-se juridicamente adequada, cabendo a abertura de créditos especiais suplementares, por decreto do Chefe do Executivo, que podem ser suportados exclusivamente com anulação total ou parcial de dotações orçamentárias.
 - (C) apenas a abertura de créditos extraordinários afigura-se medida viável para a situação narrada, podendo ser aberto sem autorização legislativa, mas desde que assegurada fonte de receita consistente em excesso de arrecadação ou superávit financeiro.
 - (D) as medidas aventadas afigram-se desnecessárias caso haja decretação de calamidade pública, o que tornaria possível a realização de despesas sem indicação de dotação orçamentária prevista na LOA ou em créditos especiais.
 - (E) ambas as alternativas são juridicamente possíveis, sendo que os créditos extraordinários prescindem de autorização legislativa e de indicação de fonte de receita, medidas essas necessárias para autorizar abertura de créditos adicionais.
56. No que concerne às receitas públicas, a classificação entre derivadas e originárias considera como aspecto relevante para tal categorização
- (A) a previsibilidade, sendo as derivadas obtidas pela exploração do patrimônio do ente e, por serem não recorrentes, somente passíveis de destinação a despesas de capital.
 - (B) a forma de ingresso nos cofres públicos, sendo as originárias aquelas provenientes da arrecadação fiscal e imputadas à receita corrente líquida.
 - (C) a origem, sendo as derivadas auferidas a partir da imposição estatal sobre o patrimônio dos particulares, tais como os impostos e as taxas.
 - (D) a temporalidade em relação à arrecadação, sendo que apenas as originárias pertencem ao orçamento anual e podem constituir fonte de geração de despesa corrente.
 - (E) o critério de destinação, sendo as derivadas aquelas que contam com vinculação a determinada despesa, como saúde e educação.
57. De acordo com a disciplina estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal no que concerne ao endividamento público, tem-se que as denominadas operações de crédito por antecipação de receita orçamentária
- (A) destinam-se à cobertura de insuficiência de caixa, podendo ser contraídas exclusivamente para pagamento de despesas de pessoal verificadas no último quadrimestre do exercício.
 - (B) constituem modalidade de operação de crédito expressamente vedada, salvo para cobertura de despesas decorrentes de situação de calamidade pública.
 - (C) compõem a dívida flutuante do ente, devendo seus recursos serem destinados integralmente à cobertura de despesas de capital.
 - (D) não podem ser realizadas no último ano do mandato do Chefe do Executivo, salvo mediante autorização legal específica.
 - (E) não são computadas na dívida fundada, eis que devem ser liquidadas no mesmo exercício em que contraídas.



58. Suponha que o Estado pretenda adotar medidas de apoio financeiro a empresas do setor de turismo, tendo em vista a notícia de que algumas delas correm o risco de paralisar suas atividades em função de significativa queda de faturamento. De acordo com o regramento estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, afigura-se medida juridicamente legítima para tanto
- (A) a instituição de benefício fiscal, desde que observada a margem de crescimento de despesas de caráter continuado estabelecida no anexo correspondente que integra a Lei Orçamentária Anual.
 - (B) a destinação de recursos a empresas do setor afetado na forma de subvenção econômica, mediante lei autorizativa específica e com observância das regras próprias de geração de despesa pública.
 - (C) a equalização de juros em empréstimos ofertados ao setor pelas instituições financeiras privadas, a título de subvenção social e observada a margem de renúncia de receita estabelecida no Anexo de Riscos Fiscais.
 - (D) a concessão de empréstimos por instituições financeiras controladas pelo Estado com juros inferiores ao custo de captação, desde que conte com garantia real do tomador.
 - (E) a concessão de benefício tributário na forma de crédito presumido, desde que por lei específica e compensado com medidas de aumento de receita ou redução de despesas.
-
59. O princípio de unidade de caixa ou unidade de tesouraria aplicável à administração financeira e orçamentária dos entes públicos
- (A) aplica-se apenas à arrecadação tributária e não a outros ingressos financeiros, que podem transitar por caixas especiais ou exclusivos, conforme a origem e destinação legal dos recursos.
 - (B) determina que todas as disponibilidades de caixa sejam depositadas em conta bancária específica (Conta Única do Tesouro) junto ao Banco Central, no caso da União, e, no caso dos Estados e Municípios, administrada por banco público.
 - (C) veda a realização de despesas fora do sistema financeiro nacional, impedindo transações em papel moeda e a instituição de fundos especiais de despesa, salvo os previstos na Constituição Federal.
 - (D) veda a instituição de caixas especiais, determinando a centralização da arrecadação de receitas públicas e o depósito das disponibilidades de caixa dos Estados e Municípios em instituição financeira oficial.
 - (E) determina que todas as receitas auferidas pelo ente transitem por conta de centralização, excepcionando apenas aquelas oriundas da participação dos entes no produto dos impostos da União, que devem ser movimentadas junto ao agente financeiro do Tesouro Nacional.
-
60. Suponha que o Estado venha enfrentando dificuldades para o pagamento de despesa de pessoal e também para fazer frente a outras despesas de custeio da máquina pública, em face de queda na arrecadação de ICMS decorrente da retração da economia no período pós pandemia. Buscando equacionar tais dificuldades, procedeu-se à alienação de diversos imóveis não afetados ao serviço público, o que propiciou a geração de receitas. Considerando o regramento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei nº 4.320/64, referidas receitas
- (A) caracterizam receita de capital e não podem ser destinadas a despesas de pessoal e custeio, podendo, contudo, custear déficit do regime previdenciário dos servidores, geral ou próprio, quando houver destinação legal para tanto.
 - (B) podem ser utilizadas como fonte para abertura de créditos especiais destinados a despesas de pessoal, salvo para inativos, dentro da margem estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) caracterizam-se como receitas extraorçamentárias e, portanto, são passíveis de utilização apenas para cobertura de despesas correntes e não podem ser destinadas a despesas de caráter continuado.
 - (D) são de natureza extraordinária e, portanto, de livre destinação a despesas de custeio em geral, mediante abertura de créditos especiais, observado o limitador constante da Lei Orçamentária Anual.
 - (E) somente podem ser aplicadas em investimentos, gerando, contudo, a liberação da fonte originária de outras despesas de capital e o consequente aumento da margem de transposição para despesas de custeio prevista no Anexo de Metas Fiscais.
-
61. Suponha que, ao final do exercício orçamentário-financeiro, determinada Autarquia tenha procedido ao empenho e liquidação de despesas, porém não tenha efetuado o pagamento correspondente. De acordo com o regramento legal aplicável, tais despesas
- (A) deverão ser inscritas em restos a pagar, os quais caracterizam-se como processados, ensejando o pagamento em exercício subsequente, quando passam a caracterizar despesa extraorçamentária.
 - (B) gerarão restos a pagar não processados, que deverão ser cancelados caso não liquidados em até dois exercícios subsequentes àquele em que foram gerados.
 - (C) deverão ser pagas como despesas de exercícios anteriores, independentemente de inscrição em restos a pagar, sendo que ao final do exercício subsequente estarão prescritas e deverão ser canceladas.
 - (D) não geram restos a pagar, eis que encerrada a etapa de liquidação, devendo ser pagas até o primeiro quadrimestre do exercício subsequente à conta do superávit financeiro gerado no exercício findo.
 - (E) não mais poderão ser objeto de pagamento, dado que a despesa pertence ao exercício em que foi empenhada, cabendo novo empenho e liquidação no exercício subsequente para fazer frente ao que foi inscrito como restos a pagar.



62. Considere que ao elaborar o relatório resumido da execução orçamentária do segundo bimestre do exercício, o Poder Executivo tenha identificado significativa frustração da arrecadação em relação às estimativas de receita consideradas na Lei Orçamentária Anual (LOA), com potencial impacto no resultado primário ou nominal previsto no Anexo de Metas Fiscais. Considerou-se, assim, adotar limitação de empenho (contingenciamento) das programações orçamentárias previstas na LOA. Referida medida
- (A) não é discricionária, devendo ser procedida segundo os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ressalvadas, entre outras hipóteses expressamente indicadas neste diploma e na Lei de Responsabilidade Fiscal, as obrigações constitucionais e legais do ente.
 - (B) não se afigura cabível, eis que somente é legalmente autorizada a partir dos dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal apresentado no segundo quadrimestre do exercício.
 - (C) é facultada exclusivamente ao Poder Executivo, caso vislumbre que as projeções de queda se manterão nos próximos bimestres, não podendo, contudo, afetar as transferências voluntárias aos municípios e ao pagamento do serviço da dívida.
 - (D) constitui providência obrigatória a cargo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somente sendo excluídas da limitação de empenho as despesas relativas aos gastos mínimos com Saúde e Educação nos percentuais previstos na Constituição Federal.
 - (E) poderá ser adotada apenas se comprovadamente esgotadas as medidas precedentes de recondução das despesas aos limites de comprometimento fixados no Anexo de Riscos Fiscais, incluindo revogação de benefícios fiscais e securitização de recebíveis.

Contabilidade Geral

63. Os seguintes valores foram pagos pela empresa Intermediação de Mercadorias S.A. para a aquisição de produtos para comercialização:

Pagamento ao fornecedor dos produtos: R\$ 690.000,00
Pagamento de seguro para o transporte dos produtos até a empresa:..... R\$ 18.000,00

Estavam inclusos nos valores pagos os seguintes tributos:

Tributos recuperáveis: R\$ 96.000,00
Tributos não recuperáveis: R\$ 54.000,00

Todos os produtos adquiridos pela empresa Intermediação de Mercadorias S.A. foram revendidos pelo valor total de R\$ 1.500.000,00, tendo sido concedido um desconto de 10% no momento da venda porque o valor foi recebido à vista. O valor dos impostos incidentes sobre o valor das vendas foi R\$ 159.000,00 e a empresa pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 36.000,00. Com base nestas informações, o valor do Lucro Bruto apurado pela Intermediação de Mercadorias S.A., relacionado especificamente com a venda mencionada foi, em R\$,

- (A) 738.000,00
- (B) 483.000,00
- (C) 579.000,00
- (D) 543.000,00
- (E) 537.000,00

64. Um empréstimo no valor de R\$ 4.000.000,00 foi obtido por uma empresa em 31/12/2018. As condições negociadas com a instituição financeira foram as seguintes:

- Prazo total para liquidação do empréstimo: 6 anos.
- Taxa de juros compostos contratada: 10% ao ano.
- Pagamentos: parcelas anuais no valor constante de R\$ 918.429,00 cada uma.
- Custos de transação pagos pela empresa na data de início do contrato: R\$ 120.000,00.
- A taxa de custo efetivo do empréstimo foi 11% ao ano.

Em relação ao empréstimo obtido pela empresa, é correto afirmar que o

- (A) saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2019 foi R\$ 3.481.571,00.
- (B) valor total dos encargos financeiros evidenciados na demonstração do resultado da empresa em 2019 foi R\$ 400.000,00.
- (C) valor total dos encargos financeiros evidenciados na demonstração do resultado da empresa em 2019 foi R\$ 918.429,00.
- (D) saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 foi R\$ 4.000.000,00.
- (E) saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2019 foi R\$ 3.388.371,00.



65. No dia 31/12/2019 as seguintes vendas de produtos foram realizadas pela empresa Feliz Ano Novo S.A.:

- Vendas a prazo no valor nominal de R\$ 3.300.000,00, cujo valor será recebido em 31/12/2020.
- Vendas no valor de R\$ 3.000.000,00, cujo valor foi recebido à vista.

A taxa de juros compostos praticada pela empresa nas vendas a prazo era, nesta data, 10% ao ano.

Em relação às vendas efetuadas em 31/12/2019, é correto afirmar que a empresa Feliz Ano Novo S.A. deveria reconhecer:

- (A) Receita de Vendas no valor de R\$ 3.000.000,00 no resultado do ano de 2019 e Receita de Vendas no valor de R\$ 3.300.000,00 no resultado do ano de 2020.
- (B) Receita de Vendas no valor de R\$ 6.300.000,00 no resultado do ano de 2019.
- (C) Receita de Vendas no valor de R\$ 3.000.000,00 no resultado do ano de 2019, Receita de Vendas no valor de R\$ 3.000.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R\$ 300.000,00 no resultado do ano de 2020.
- (D) Receita de Vendas no valor de R\$ 6.000.000,00 no resultado do ano de 2019 e Receita Financeira no valor de R\$ 300.000,00 no resultado do ano de 2020.
- (E) Receita de Vendas no valor de R\$ 3.150.000,00 no resultado do ano de 2019 e Receita de Vendas no valor de R\$ 3.150.000,00 no resultado do ano de 2020.

66. O valor contábil do Patrimônio Líquido da empresa Submissa S.A., em 31/12/2017, era R\$ 48.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da empresa, nessa mesma data, era R\$ 120.000.000,00. A diferença entre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e o valor contábil do Patrimônio Líquido era decorrente da variação entre o valor de custo contabilizado e o valor justo de terrenos nessa data.

A empresa Dominadora S.A. adquiriu, nesta data, 80% das ações da empresa Submissa S.A., pagando à vista o valor de R\$ 80.000.000,00.

No período de 01/01/2018 a 31/12/2018, a empresa Submissa S.A. reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

Lucro líquido de 2018: R\$ 8.000.000,00
Distribuição e pagamento de dividendos em 2018: R\$ 2.000.000,00

De acordo com as informações fornecidas, é correto afirmar que

- (A) o valor total reconhecido na conta Investimentos, no balanço individual da empresa Dominadora S.A., na data da aquisição, foi R\$ 80.000.000,00.
- (B) o resultado da equivalência patrimonial reconhecido na demonstração do resultado do ano de 2018 da empresa Dominadora S.A. foi R\$ 4.800.000,00.
- (C) o valor total reconhecido na conta Investimentos, no balanço individual da Empresa Dominadora S.A., na data da aquisição, foi R\$ 38.400.000,00.
- (D) o valor reconhecido na demonstração do resultado da empresa Dominadora S.A., na data da aquisição, foi um ganho de R\$ 16.000.000,00.
- (E) a empresa Dominadora S.A. reconheceu como ágio pago por expectativa de rentabilidade futura o valor de R\$ 41.600.000,00.

67. Em 30/06/2017 uma empresa adquiriu um equipamento pelo valor de R\$ 34.500.000,00, sendo que o pagamento integral do preço da compra ocorreu 18 meses após a data da aquisição. A taxa de juros implícita na compra foi 15% no prazo concedido pelo vendedor. A empresa calcula a despesa de depreciação pelo método das quotas constantes em função do tempo decorrido, tem como política a utilização desse tipo de equipamento por 10 anos e estimou o valor residual para venda do equipamento no final da vida útil em R\$ 6.000.000,00.

Em 01/01/2020 a empresa identificou que o valor residual estimado originalmente foi reduzido para R\$ 3.000.000,00, em função do aparecimento de novo modelo de equipamento com tecnologia mais avançada. Sabendo-se que até esta data não houve necessidade de redução ao valor recuperável para o equipamento, o valor contábil evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 para este equipamento foi, em R\$,

- (A) 19.500.000,00
- (B) 21.200.000,00
- (C) 24.525.000,00
- (D) 24.125.000,00
- (E) 19.900.000,00



68. As contas componentes do Patrimônio Líquido da empresa Vitoriosa S.A. apresentavam, em 31/12/2018, os seguintes saldos contabilizados, em reais:

- Capital Social	2.500.000,00
- Reserva Legal	350.000,00
- Reserva Estatutária	250.000,00

No ano de 2019, o Lucro Líquido apurado pela empresa Vitoriosa S.A. foi R\$ 750.000,00 e, além da Reserva Legal prevista na Lei das Sociedades por Ações, o estatuto da empresa estabelece a seguinte destinação:

- Reserva Estatutária: 10% do Lucro Líquido após deduzido o valor destinado para Reserva Legal.
- Dividendos Mínimos Obrigatórios: 30% do Lucro Líquido após deduzido de todas as reservas constituídas.

Com base nessas informações, em 31/12/2019, o valor

- (A) destinado para constituição da Reserva Estatutária foi R\$ 75.000,00.
- (B) registrado como dividendos no passivo foi R\$ 213.750,00.
- (C) destinado para constituição da Reserva Estatutária foi R\$ 37.500,00.
- (D) registrado como dividendos no passivo foi R\$ 192.375,00.
- (E) registrado como dividendos no passivo foi R\$ 641.200,00.

Atenção: Para responder às questões de números 69 e 70, considere os dados apresentados a seguir:

Balancos Patrimoniais da empresa Águas Prateadas S.A., em 31/12/2019 e 31/12/2020, e a Demonstração do Resultado para o ano 2020.

Águas Prateadas S.A.					
Balancos Patrimoniais em 31/12/2019 e 31/12/2020					
(valores em reais)					
ATIVO	31/12/19	31/12/20	PASSIVO	31/12/19	31/12/20
Ativo circulante	480.000	762.000	Passivo circulante	400.000	480.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	80.000	282.000	Fornecedores	240.000	116.000
Clientes	240.000	180.000	Dividendos a Pagar	-	64.000
Estoques	160.000	280.000	Empréstimos	160.000	236.000
Despesas Antecipadas	-	20.000	Impostos a Pagar	-	64.000
Ativo não circulante	602.000	766.000	Patrimônio Líquido	682.000	1.048.000
Investimentos	56.000	86.000	Capital	600.000	680.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	82.000	368.000
Máquinas e Equipamentos	376.000	680.000			
Terrenos	170.000	-			
TOTAL DO ATIVO	1.082.000	1.528.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	1.082.000	1.528.000

Águas Prateadas S.A.	
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2020 a 31/12/2020 (valores em reais)	
Receita Líquida de Vendas	1.440.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(660.000)
(=) Resultado com Mercadorias	780.000
(-) Despesas Operacionais	
• Depreciação	(84.000)
• Outras Despesas Operacionais	(392.000)
(+) Outras Receitas e Despesas	
• Resultado de Equivalência Patrimonial	30.000
(+) Resultado antes dos Efeitos Financeiros	334.000
(-) Despesas Financeiras	(16.000)
(=) Resultado após os Efeitos Financeiros	318.000
(=) Outras Receitas e Despesas não Recorrentes	
• Lucro na Venda de Terrenos	96.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	414.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(64.000)
(=) Resultado Líquido	350.000

Durante o ano de 2020 a empresa não liquidou nenhum empréstimo e não pagou as despesas financeiras incorridas.

69. O valor correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais foi:

- (A) R\$ 404.000,00
- (B) R\$ 324.000,00
- (C) R\$ 280.000,00
- (D) R\$ 204.000,00
- (E) R\$ 184.000,00

70. O valor correspondente ao Caixa das Atividades de Financiamento foi:

- (A) R\$ 76.000,00
- (B) R\$ 140.000,00
- (C) R\$ 156.000,00
- (D) R\$ 60.000,00
- (E) R\$ 80.000,00